



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Fleck, Amaro

BASCHET, Jérôme. Adieux au capitalisme. Autonomie, société du bien vivre et multiplicité des mondes. Éditions La Découverte, Paris, 2014, 206 p.

Caderno CRH, vol. 28, núm. 74, mayo-agosto, 2015, pp. 427-429

Universidade Federal da Bahia
Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347641520013>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

BASCHET, Jérôme. *Adieux au capitalisme. Autonomie, société du bien vivre et multiplicité des mondes*. Éditions La Découverte, Paris, 2014, 206 p.

Amaro Fleck

Jérôme Baschet, no livro *Adeus ao capitalismo* (2014), mostra para o insistente e relutante pensamento que segue se orientando para a emancipação que ela não se dará nem dentro do capitalismo nem como uma consequência inevitável de seu próprio desdobramento. Em outras palavras, ele argumenta que a emancipação não pode ocorrer nem por meio de uma moderação do capitalismo, isto é, numa situação em que o sistema econômico seja domado e impedido de colonizar as outras esferas da vida (ou ainda que tenha seus efeitos mais daninhos atenuados), tampouco automaticamente a partir dos próprios desenvolvimentos tecnológicos oriundos do constante revolucionamento do modo de produção, ou seja, como uma consequência inevitável do caráter imaterial ou cognitivo da nova economia. De acordo com Baschet, ou bem terminamos com o capitalismo, ou é ele que terminará conosco.

O maior mérito do livro, contudo, não está nas críticas a uma esquerda por assim dizer habermasiana (teórico não mencionado no livro, mas cujas teorias representam uma tentativa de domar o capitalismo sem a necessidade de superá-lo) ou negriniana (teórico explicitamente evocado e cujas análises passam pelo quase louvor do âmbito da produção imaterial e do trabalho cognitivo), mas sim na tentativa de reabrir o futuro, de repensar e reinventar formas de vida não mais subjugadas à fatalidade sistêmica do capitalismo. Aliás, o mérito consiste não só nesse combate contra a falta de imaginação resignada que se curva ao propala-

do imperativo do “não há alternativa”, mas, sobretudo, na tentativa de repensar novas formas de resistência à lógica produtivista do sistema vigente e novas formas de se criar uma alternativa a ele. Isto é, consciente dos limites de sua própria abordagem, Baschet não argumenta a favor de uma revolução que tentasse tomar o poder do Estado e usá-lo para a libertação dos oprimidos, mas sim pelo engajamento em lutas cotidianas de resistência para manter espaços e práticas ainda não (totalmente) colonizadas pelo imperativo do lucro, assim como de criação de novos lugares e vivências orientados pela convivialidade e pelo bem viver.

A própria posição de Jérôme Baschet é um tanto peculiar. Por um lado, ele é um historiador medievalista (autor do popular *A Civilização Feudal*), discípulo de Jacques Le Goff, e ministra cursos na aclamada EHESS (L'École des Hautes Etudes en Sciences Sociales), na França. Por outro, participa ativamente do movimento zapatista (o qual é assunto de seu *La Rébellion Zapatiste*) e leciona na Universidad Autónoma de Chiapas, no México. De certa forma, isso se reflete no livro, na medida em que sua própria oposição ao capitalismo passa por uma revalorização de certas tradições pré-capitalistas (mais uma forte diferença em relação não só ao marxismo como ao próprio Marx, cujo anticapitalismo foi fundamentalmente moderno) e em que as alternativas de resistência e criação analisadas encontram, nos povoados indígenas da Selva Lancandona, uma espécie de oficina e catalisador, embora o próprio autor saliente que, de modo algum, seja um modelo que possa ser exportado ou imitado.

O livro é composto por cinco capítulos. Após dizer, na introdução, que sua crítica ao capitalismo está baseada, por um lado, na análise de suas contradições internas e nos seus limites objetivos e, por outro, em um julgamento ético que considera inaceitável a devastação da natureza, a destruição da ordem social e o isolamento individual decorrentes do sistema capitalista, assim como a injustiça oriunda de uma repartição dos recursos muito desigual, o

autor analisa, no primeiro capítulo (a meu ver o mais interessante da obra), a crise pela qual passa o sistema econômico mundial (como ele próprio diz: “a primeira crise global do capitalismo globalizado”) e as transformações do capitalismo recente.

Evitando tanto o catastrofismo e as previsões de colapso total do capitalismo quanto a crença oposta na plasticidade completa do sistema, em sua incessante capacidade regenerativa, Baschet mostra que a constituição de um mercado mundial único conseguiu retomar as taxas de lucro que haviam decaído no ciclo precedente, marcado pela pressão social, pelo regime de altos salários e pelo custo do Estado Providência, ao mesmo tempo em que esse mercado único coage os Estados e grupos de Estados pela lógica conjunta de um sistema cada vez mais complexo. O autor também aponta para o fato de que as inovações que concernem aos procedimentos produtivos não têm mais sido acompanhadas por igual crescimento da extensão dos mercados (não há mais tantos novos mercados a explorar) ou pela criação de novos produtos, cuja consequência é uma tendência ao desemprego, à exclusão massiva de indivíduos do mercado de trabalho (e, por conseguinte, dos meios necessários à sobrevivência). Ademais, a democracia é reduzida à mera aparência formal pela preeminência da lógica econômica, pelo poder dos *experts* e pela obsessão securitária. Tudo isso cria as condições nas quais se dá uma “formatação concorrencial das subjetividades”, isto é, a competição funciona como um modo de administração das condutas, de forma que os indivíduos aplicam a si próprios, como se fosse algo proveniente de suas próprias vontades, as normas exigidas pelo sistema social. A adesão do indivíduo ao sistema produtivo não se dá mais de forma positiva, pela expectativa de ascensão social, mas sim de maneira negativa, pelo temor de ficar excluído.

Em tais condições, estão ausentes as principais bases sobre as quais poderia ser erigido um compromisso keynesiano (o autor

elencas: uma estrutura nacional economicamente viável, um Estado endossado por uma ética do interesse comum, ciclos de crescimento que garantam taxas de lucro duráveis, organizações sindicais e políticas poderosas impondo uma negociação entre capital e trabalho), ao mesmo tempo em que se acentuam as patologias próprias das subjetividades concorrenciais (egos mais atrofiados, solidões estressadas e depressivas, sensação de perda do sentido de suas atividades e da própria vida, representações desumanizadas de si e frieza nas relações com os outros).

O primeiro capítulo é a única parte na qual se busca fazer um diagnóstico da sociedade presente, pois as restantes são dedicadas à procura de potencialidades emancipatórias e alternativas ao estado vigente das coisas. No segundo capítulo, Baschet apresenta a organização política dos zapatistas para pensar uma forma de governo sem Estado, baseada no princípio de “mandar obedecendo”, em que há trocas contínuas entre representante e representado (o poder do representante é bastante limitado: está sob constante controle, é exercido de forma colegiada e submetido a múltiplos processos de interação e negociação com as assembleias) e uma experimentação contínua para evitar o risco de petrificação institucional. O autor não pretende que tal experiência seja tomada como um modelo, muito menos como capaz de garantir o funcionamento do sistema atual, que se afunda em problemas insolúveis, mas sim como uma fonte de inspiração para a construção de um projeto de emancipação, de outra forma de organização política para a vida coletiva.

Enquanto, no segundo capítulo, ele reflete sobre uma possível forma não estatal de organização política, no terceiro, pensa em como organizar a produção de bens de forma não capitalista, de modo que a economia não tenha a primazia sobre as demais esferas sociais. Embora, nesse caso, não exista uma experiência para descrever como fonte de inspiração, a base para tal forma já estaria presente,

pois partiria dos ganhos de produtividade surgidos da industrialização. Nesse caso, trata-se de repensar a produção com o objetivo de criar o máximo de tempo livre para cada indivíduo e o mínimo de impacto sobre o meio ambiente. Assim como rediscutir a divisão do trabalho por meio de um processo de des-especialização contínua, que fizesse com que cada um colaborasse nos mais distintos trabalhos necessários. Tais reflexões não visam a oferecer um plano utópico, que diga como se deve construir um novo mundo, mas, antes, a indicar possibilidades reais de emancipação que só podem ser realizadas pelos próprios concernidos.

O capítulo seguinte afirma que não há uma forma única de construir um mundo liberado da tirania capitalista, mas que essa libertação passa necessariamente por uma “ruptura antropológica”, isto é, pelo rompimento com o modo de produção da subjetividade próprio da sociedade mercantil. “A ontologia da modernidade capitalista comporta ao menos três traços com os quais é preciso romper simultaneamente: a ideia de uma natureza (pré- ou extrassocial) do homem, a preeminência do indivíduo sobre a sociedade e, enfim, a distinção entre natureza e cultura” (p. 145). Com isso se poderia chegar a um universalismo que não fosse apenas a universalização de valores particulares, baseado num desejo de igualdade social e política que está presente em povos de todos os continentes.

A derradeira seção lida com a questão de como se emancipar do atual sistema para construir novos mundos. Reconhecendo que os obstáculos podem parecer intransponíveis e que “a perpetuação da sociedade mercantil, e

por consequência a degradação das condições de sobrevivência da humanidade, permanece o mais provável de todos os cenários” (p. 151), assim como reconhecendo que a estratégia clássica da revolução está obsoleta, Baschet busca traçar algumas estratégias alternativas de resistência e libertação. Por um lado, é preciso identificar as relações sociais não inteiramente capitalistas (relações de amizade, de amor, intimidade, sonhos) e buscar preservá-las das obrigações do trabalho, da rentabilidade e da concorrência; por outro, é preciso “consumir menos para trabalhar menos”, privilegiar a produção local, incentivar contravalores e contracondutas. “O enfrentamento com o capitalismo começa na cooperação intersubjetiva, [...] lá onde se encaixam os mecanismos de normalização das condutas. Combater o capitalismo é lutar contra as normas da sociedade mercantil em nós” (p. 164). Não se trata de criar ilhas de vida cômoda e nichos de sobrevivência em meio à barbárie, mas de resistir à lógica produtivista, criando espaços liberados que estão sob constante ameaça, brechas que não são puras e que sofrem de muitas limitações. O autor é inteligente o suficiente para saber que tudo isso é muito pouco para combater um sistema que transformou completamente o mundo em pouco mais de dois séculos e que, agora, parece conduzi-lo ao aniquilamento. Sua esperança, de certo modo, reside na crença de que onde está o perigo possa também estar a salvação, e que tal estratégia ganhe força pelo esgotamento progressivo das condições de reprodução sistêmica causado pela intensificação da crise, seja ela a econômica, seja ela a ecológica.

